



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
  - 1.1 – Comissão
- 2 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 4 – ERRATAS



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 23.331

Nos termos regimentais, convoco os deputados Antonio Carlos Arantes, Bonifácio Mourão, Durval Ângelo e Hely Tarquínio, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/3/2017, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre o Veto nº 23.331/2016, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 2 de março de 2017.

Tadeu Martins Leite, presidente.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 22/2/2017

O deputado Doutor Wilson Batista\* – Boa tarde, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e telespectadores da TV Assembleia. Sr. Presidente, retorno a esta tribuna com uma pretensão um pouco diferente daquela que temos visto nesta Casa nos últimos meses. Temos visto aqui a prática diária de uma discussão sobre o governo atual e o governo passado. Eu, como tenho me pautado aqui, desde o meu primeiro mandato como deputado, não sou devoto de partido nenhum, não defendo bandeiras partidárias, não defendo governo e não contesto governo algum. Acredito que não há santo em governo nenhum, como também não acredito que há governo que não esteja envolvido nesse descabro que permeia a política brasileira.

Preciso retornar a esta Casa para que possamos defender, verdadeiramente, o papel do Legislativo Mineiro. Temos convivido aqui com discursos agressivos ao governo atual, e, outras vezes, acreditamos que os governos do passado foram santos, e a verdade não é essa, não existe santo nem neste governo nem no governo passado.

Enquanto ocorre essa devoção aos partidos, ficamos nesta Casa decretando a falência da nossa inteligência, da nossa memória e do nosso trabalho. O trabalho de um deputado aqui nesta Casa é defender direitos, é defender o povo de Minas Gerais. Se



existem necessidades da população mineira, temos de ficar atuantes e vigilantes para garantir qualidade ao seu atendimento. Venho aqui hoje exatamente para demonstrar a importância das leis que nós aprovamos aqui, nesta Casa. Vou citar algumas leis de nossa autoria. Digo nossa porque, apesar de ser o autor, os projetos tramitam em diversas comissões, são aperfeiçoados por colegas deputados, aprovados em dois turnos e finalmente sancionados pelo governo do Estado. Então, é uma lei construída por diversas pessoas. Por isso digo que são leis de nossa autoria.

Quero falar de uma lei que será de extrema importância para o povo de Minas Gerais, construída aqui e sancionada pelo governador em dezembro de 2016. Ela determina que os exames necessários ao diagnóstico do câncer sejam realizados em até 30 dias. Ou seja, o diagnóstico do câncer não pode ultrapassar o período aceitável de 30 dias. Essa lei complementa uma lei federal de 2012, que garante que, após o diagnóstico de câncer por biópsia, o tratamento seja iniciado em até 60 dias. Como oncologista, tenho absoluta certeza de que essa lei não vai reduzir a mortalidade por câncer em lugar algum neste país. Quando o diagnóstico já é confirmado e a doença está em estágio avançado, o paciente não tem mais condições de alcançar a cura. O objetivo da nossa proposta é diagnosticar a doença em fase de tratamento, quando o paciente certamente alcançará a cura com um tratamento bem menos agressivo. Hoje sou testemunha de que cerca de 70% dos pacientes que se tratam de câncer no País estão em fase avançada. Como mudar esse cenário? Nós podemos, sim, mudar, porque muitos pacientes convivem com a suspeita da doença, com a manifestação da doença se agravando a cada dia, a cada mês, sem a possibilidade de acesso aos principais exames aliados ao diagnóstico na rede pública do sistema de saúde.

A pretensão da lei é garantir um direito a essas pessoas, para que, diante da manifestação da doença, já tendo passado por um médico especialista que suspeite de um tumor maligno, possam, em até 30 dias, ter acesso aos exames que confirmem ou não a doença. Isso é de extrema importância porque não só aumentará e muito a possibilidade de cura desse paciente como também vai garantir um custo muito menor para o Sistema Único de Saúde.

Todos sabem que o tratamento do câncer em sua fase inicial é muito mais barato. Muitas vezes, apenas a cirurgia é suficiente para garantir a cura de um paciente. Já em estágio avançado, quando se gastam milhões com drogas caríssimas, cirurgias mutiladoras e radioterapia, o paciente pode não mais conseguir a cura e vive por alguns anos às custas de seu próprio sofrimento.

Então, o que essa lei pretende é garantir que esses pacientes, diante de uma manifestação dessa doença, possam realizar os exames em momento oportuno, a fim de que consigam fazer um tratamento muito menos agressivo e com uma chance de cura muito maior. Essa foi uma lei que construímos aqui na Assembleia, sancionada pelo governador do Estado, e hoje é um direito da população de Minas Gerais.

Podemos ser questionados: “Dr. Wilson, esse é um direito garantido!”. Mas a realidade nega; pode não garantir esses exames. É um papel de toda a sociedade cobrar por seus direitos; o nosso é garantir esses direitos. Onde há uma necessidade temos, sim, de trabalhar para que nasça um direito a essa pessoa. Agora, garantir na rede do Sistema Único de Saúde é uma cobrança de todos nós, mas é um papel primordial do Executivo.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* – Primeiramente, cumprimento-o pelo pronunciamento. V. Exa. toca num assunto extremamente importante. Parabenizo-o pela qualidade dos projetos que V. Exa. tem apresentado na área da saúde, no tratamento do câncer, na reconstituição mamária. São projetos que, certamente, serão copiados por outros estados.

Por outro lado, deputado Doutor Wilson, é importante que o governo do Estado, o governo de Minas entenda que todos os recursos que são colocados na saúde pública são investimentos importantes e que vão trazer qualidade de vida, de atendimento a nossa população.

Antes de vir para cá, assistia ao jornal de uma emissora de televisão do Paraná falando de uma matéria de lá, relatando que uma mãe sofreu um acidente vascular cerebral e estava grávida de gêmeos. O hospital, pelo SUS, ficou com essa mãe – já decretada sua morte encefálica –, 123 dias, mantendo-a viva por meio de máquinas, de equipamentos, de procedimentos, com toda uma equipe



envolvida no caso. Os filhos dela nasceram 123 dias depois: um casal de gêmeos, em bom estado de saúde. Logo depois do nascimento dos filhos, a família fez a doação dos órgãos da moça.

Então, esse é o SUS que queremos, que atenda à população nas suas necessidades mínimas, e não o que vemos por aí: injusto, covarde, que faz com que as pessoas fiquem nos corredores dos hospitais, abarrotando-os; um SUS que torna o médico quase que um semideus, pois ele está no pronto-socorro e, quando chegam várias pessoas em risco de vida, tem de escolher qual vai ser operada, qual vai para o CTI e qual vai ficar no corredor. Aqui em Minas temos de almejar isso. Não podemos desistir disso, não, Doutor Wilson.

Conversando com o secretário Sávio Souza Cruz, só de 2016 para 2017, Minas colocou R\$4.000.000.000,00 em restos a pagar, que deveriam ser repassados aos municípios, aos convênios, aos programas. Fizeram uma mágica orçamentária contábil e colocaram R\$4.000.000.000,00 em restos a pagar para 2017.

Então, acho que os projetos de V. Exa. são fantásticos. Eu os tenho acompanhado na Comissão de Saúde, bem como o deputado Doutor Jean Freire. Não podemos abrir mão da qualidade. V. Exa. como médico, Doutor Jean, junto a nós na Comissão de Saúde não vamos permitir que se faça essa enxurrada de projetos colocando em restos a pagar. Se estivermos ao lado do secretário de Saúde, lutando com ele para que esses recursos sejam pagos na hora pela Secretaria da Fazenda – o secretário de Fazenda parece que não sabe o que é saúde pública –, estaremos prestando um grande serviço ao povo de Minas Gerais. Parabéns.

O deputado Doutor Wilson Batista\* – Obrigado, deputado Carlos Pimenta. Estou de acordo com V. Exa. Precisamos lutar para que o SUS tenha qualidade no atendimento de todos os seus usuários. Foi com essa pretensão, deputado Carlos Pimenta, que criamos aqui outro projeto, que, tenho certeza, vai em direção ao seu pensamento: a qualidade dos exames de mamografia no Estado. Estudos demonstram que em Minas Gerais existem muito mais mamógrafos do que o necessário, mas 1/3 deles está inoperante. Foi dinheiro jogado fora. Outros funcionam, mas existe uma demanda muito menor do que a necessária para garantir o pleno funcionamento desses mamógrafos. Sem dizer que 1/3 das mamografias em Minas Gerais apresenta discordância entre a real apresentação da doença na paciente e o laudo. Inúmeras pacientes passaram por exame de mamografia com a doença já instalada, mas o exame não foi capaz de identificar a doença, e algumas só retornaram ao médico quando o tumor se tornou palpável. E sabemos que nessa fase a doença pode não ser mais curável.

A paciente fez o seu papel. Foi à rede de saúde, fez o exame, o SUS pagou pelo exame, mas o laudo estava discordante da realidade. Em média, um a cada cinco exames realizados no Estado hoje apresenta algum tipo de erro. Sabemos que a demanda da saúde é infinita. Os recursos não são suficientes para dar resposta a toda a demanda, e ainda temos de contar com os erros que ocorrem, com as demoras, com os atendimentos sem resolutividade. Quantos pacientes ficam internados em hospitais e saem para buscar tratamento em outros locais ou até mesmo para realizar exames fora do hospital porque no momento da internação o hospital não garantiu seu exame? O paciente fica internado, mas sai dali sem diagnóstico. Isso acontece todo dia. O paciente volta para casa, volta a trabalhar e só retorna ao hospital em uma situação de emergência, com a doença avançada e vai ser operado com urgência, quase que sem possibilidade de sair vivo dali. Essa é nossa realidade.

Temos de garantir um SUS que funcione, mas que funcione com qualidade, evitando, sobretudo, os desperdícios. Sabemos que existem inúmeros desperdícios na saúde, em todos os governos federais e estaduais. Quantas obras foram construídas gastando-se milhões e hoje não funcionam? Hoje, pela manhã, a televisão mostrou um hospital regional construído com milhões e milhões de investimento, com equipamentos novos, e sem atender nenhum paciente. Somos testemunha disso em inúmeras cidades de Minas Gerais. Há unidades básicas de saúde, há unidades de pronto atendimento construídas com milhões de investimento e ainda hoje não atendem nenhum paciente.

Sr. Presidente, gostaria de apresentar outros projetos, mas em uma próxima oportunidade retornarei a esta tribuna.

\* – Sem revisão do orador.



O deputado Carlos Pimenta\* – Sr. Presidente Dalmo Ribeiro Silva, deputados, deputadas e imprensa, hoje vamos dedicar o tempo que de que dispomos, no Grande Expediente, para, da tribuna da Assembleia Legislativa, dar continuidade a uma fala tanto do deputado Doutor Wilson Batista quanto minha – estamos falando isso há mais tempo – sobre saúde pública. Amanhã, meu caro deputado Antônio Jorge, estaremos na parte da manhã, em Brasília, em audiência com o ministro da Saúde.

Essa reunião deve contar com mais de 20 prefeitos do Norte de Minas e foi agendada pelo deputado federal Saraiva Felipe, que já foi ministro da Saúde. Vamos lá conversar com o senhor ministro sobre o programa de urgência e emergência das macrorregiões de Minas Gerais, de maneira muito especial da macrorregião do Norte de Minas, que é composta por 81 municípios e cujo serviço de atendimento de urgência, o Samu, já foi referência para a criação das outras macrorregiões. V. Exa., deputado Antônio Jorge, foi secretário e conhece isso bem. No período de V. Exa. à frente da Secretaria de Saúde, o Samu do Norte de Minas teve uma abertura muito grande, um apoio incondicional, e se consolidou, chegando ao ponto de outros países, como Portugal e Itália, virem conhecer o serviço de atendimento do Samu Macro Norte. Então, vamos lá conversar com ele.

Mas a realidade hoje é absolutamente diferente da de alguns anos atrás. Só para terem ideia, temos hoje 16 ambulâncias paradas; 16 municípios não estão tendo o serviço do Samu porque as ambulâncias estão paradas. Todas as ambulâncias já percorreram de 800.000km a 1.000.000km. É dia e noite fazendo os atendimentos de urgência e emergência, pegando paciente, levando a um município e a outro. Temos 16 cidades, Doutor Jean Freire, que não estão sendo atendidas porque as ambulâncias estão paradas, quebradas, não têm jeito mais. Algumas fundiram o motor, outras quebraram a suspensão, falta equipamento, falta isso, falta aquilo. E o Samu Macro Norte é o que mais atende dentre todas as macrorregiões de Minas Gerais. Por mês, lá, estamos fazendo uma média de 3.800 atendimentos, proporcionalmente mais do que a região metropolitana e mais do que as outras regiões. Agora estamos correndo o risco de perder esse serviço, que é produto primordial para a população; todo o povo de Minas Gerais precisa do Samu. Se uma pessoa tem um infarto, o primeiro número que vem à cabeça é o 192. É o Samu que vai socorrer. Se uma pessoa se acidenta, é o Samu. Mas estamos vendo o colapso do serviço Macro Norte.

Estaremos lá amanhã com presidente eleito do Samu; com o Silvanê Batista, nosso companheiro e prefeito de Porteirinha; com o presidente da Amams e com vários outros prefeitos para conversar com o ministro Ricardo Barros, que, aliás, foi envolvido numas negociações. Espero que ele esteja com a cabeça bem tranquila, bem fria e que ele nos dê um retorno. Não é possível mais vermos o que está acontecendo. O Samu Macro Norte está dessa forma, e as ambulâncias estão paradas.

Também levaremos ao senhor ministro, até mesmo por solicitação do Sávio Souza Cruz, secretário de Estado de Saúde, com quem estivemos conversando... Aliás, na sexta-feira, o governador estará em Montes Claros fazendo a entrega de veículos para a polícia. O Sávio falou que das 16 ambulâncias, 4 serão entregues na próxima sexta-feira, em Montes Claros – faltarão 12 ambulâncias para atendimento. O secretário Sávio me passou também a solicitação para enviarmos um ofício ao ministério pedindo aumento do teto de média e alta complexidade para a criação de alguns serviços de hemodiálise.

Há regiões em que os pacientes, Doutor Wilson Batista, viajam duas vezes por semana até 300km para fazer diálise. Em Nanuque e em toda aquela região, os pacientes fazem hemodiálise em Teófilo Otôni. Os pacientes da região do Médio São Francisco ou vão para Montes Claros, ou para Diamantina. Na nossa região de Januária, os pacientes têm de viajar ou para Montes Claros, ou para Brasília de Minas, que está sobrecarregada. Em Bocaiuva, que é uma microrregião composta de sete municípios, todo mundo vai direto para Montes Claros. Na região de Porteirinha, que congrega toda a Serra Geral, os pacientes precisam viajar quilômetros.

Gostaria somente de indagar a quem está nos ouvindo e nos vendo se conhecem o drama de um paciente que, muitas vezes, fica num carro desconfortável. Muitos prefeitos enviam seus pacientes em táxi para fazer hemodiálise, viajando tantos quilômetros, sem o conforto de um ar-condicionado, de um carro novo. Muitas vezes, eles ficam três, quatro horas sentados numa máquina de hemodiálise, totalmente debilitados, num sofrimento terrível; e, quando acaba a hemodiálise, voltam aos seus municípios, chegando de madrugada, e passados três dias precisam retornar.



Estamos pedindo, Léo, – só um minutinho, vou permitir a palavra a V. Exa. – o aumento do teto para a criação de serviço de hemodiálise lá mesmo, no Jequitinhonha. O Doutor Jean Freire sabe muito bem disso, naquela região há pouquíssimas máquinas, em Salto da Divisa, em Jordânia, em Mata Verde. Imagina, Doutor Jean Freire, que sofrimento! Poderíamos ter, agora, em Almenara, por exemplo, o serviço de hemodiálise instalado para atender toda aquela macrorregião. Então, vamos também incluir a cidade de Almenara para poder contar com esse serviço tão importante.

Pediremos também a revisão da renda *per capita* de Minas que, diante dos outros estados brasileiros, perde de balaiada, de goleada para estados do Nordeste. Eles não entendem e não conseguem entender que Minas não é um estado rico. Minas está com dívidas monstruosas, só para o governo federal deve R\$81.000.000.000,00, pagando quase R\$500.000.000,00 de juros para o governo federal. A distribuição *per capita* para Minas é uma vergonha. Queremos enviar para as mãos dele esse ofício, pedindo que haja um novo estudo para – não é “agraviar” – dar a Minas Gerais o que é de direito, uma redistribuição mais justa da renda *per capita*.

É preciso apoiar os hospitais regionais. Não é brincadeira, não. Foi iniciada a construção de 12 hospitais regionais. Desculpe, não foram 12, foram 10, porque em Nanuque e em Montes Claros não foram construídos. O Mourão disse, na semana passada, que há hospitais em que já concluíram 95% da sua rede física, faltando pequenos detalhes, e as obras estão paradas. Os hospitais regionais estão parados. Vemos os hospitais filantrópicos entupidos de pacientes pelos corredores.

Engraçado é que em cadeias, quando há superlotação, eles degolam os presos, matam. A superlotação dos hospitais parece que é uma coisa natural, porque ninguém fala nada. Vá na Santa Casa de Montes Claros, vá no Jequitinhonha ou em qualquer região de Minas para você ver aquela coisa mais covarde, mais injusta, que dói profundamente no coração da gente. Os pacientes estão no chão, na maca, no colchão. Muitos deles estão segurando com a mão direita um soro que está correndo na mão esquerda, porque não há um suporte de soro. Não há uma maca, não há um leito. Então, estamos pedindo apoio à construção dos hospitais regionais.

Por último, digo do ofício que vamos levar ao senhor ministro, solicitando que volte a liberar recursos para os mutirões de cirurgia de catarata. Todas as cidades que tiverem recursos farão centenas de cirurgias de catarata. A população está cega na educação, cega nessa política opressiva que estamos vendo aí, e literalmente cega, porque uma pequena cirurgia poderia tirar o sofrimento delas.

O deputado Léo Portela (em aparte)\* – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta. É uma honra apartear o discurso de V. Exa., com um tema tão importante, que é a saúde. E V. Exa. é uma sumidade, um parlamentar reconhecido na defesa da saúde nesta Casa e em toda Minas Gerais. V. Exa. apresentou um paralelo entre a saúde e a segurança pública, e, quando o assunto é superlotação das cadeias, a má acomodação dos presos nas celas, temos um impacto. Mas temos visto pessoas morrendo nas filas e nos corredores dos hospitais porque não existem leitos, não existem recursos dignos para se investir na saúde. Mas, e o STF, já se posicionou a respeito?

Vejam o que aconteceu há poucos dias: o STF obrigou o Estado a indenizar um preso que estava mal acomodado na sua cela. Um homem que cometeu latrocínio, um homem que matou para roubar, certamente matou um pai ou uma mãe de família. Mas ele não podia se deitar no chão da cela com a cabeça encostada no vaso sanitário. Você não quer ir para a cadeia? Basta não cometer o crime. Basta não ser estuprador, basta não ser homicida, basta não cometer latrocínio e não irá para a cadeia.

O deputado Carlos Pimenta\* – Político safado, bandido e ladrão também.

O deputado Léo Portela (em aparte)\* – É verdade. Mas qual é o posicionamento do Judiciário para a pessoa que está sofrendo na saúde, que está sofrendo nas filas dos hospitais, que não tem nenhuma guarida do Estado? Nós vimos um STF que passa a mão na cabeça de bandido, um STF que privilegia o bandido, o vagabundo, o estuprador. Esta é a realidade, o Brasil está de cabeça para baixo. Eu não me conformo com esta realidade e sei que V. Exa. comunga com essa opinião. Não podemos viver nesta realidade, nesta pós-modernidade louca, líquida, em que valores não têm mais certeza de existirem no mesmo dia, tudo é líquido. Não podemos aceitar algo assim, é inversão de valores. Enquanto o Estado protege vagabundo, indeniza vagabundo, deixa o povo morrendo nas filas e nos corredores dos hospitais. Obrigado.

O deputado Carlos Pimenta\* – Obrigado, deputado Léo Portela. V. Exa. completa com maestria o nosso pronunciamento. Está acontecendo exatamente isso.

Na semana passada, estive na cidade de Nanuque, acompanhando o prefeito Roberto de Jesus – prefeito humilde, simples, funcionário público que ganhou as eleições. Estivemos lá visitando o Hospital e Pronto-Socorro Municipal Renato Azeredo, e chorei. Um hospital construído há 60 anos, que atende toda aquela microrregião. E em Nanuque deveria ter sido construído um hospital regional, mas não conseguiram sequer analisar a documentação e os projetos do hospital regional de Nanuque. Hoje está lá o Hospital e Pronto-Socorro Municipal Renato Azeredo, passando por todas as dificuldades.

Sou cirurgião, entrei na sala de cirurgia, e vi um carrinho de anestesia sem condições, o foco quebrado, e aquele paciente atrás do outro sendo atendido e operado. E o prefeito gastando 23% das suas receitas líquidas na saúde pública. E não vemos nenhuma ação do Estado. Estarei com o secretário, vou levar até ele essa situação. Falei com o prefeito Roberto que não vamos nos cansar, porque o que está acontecendo lá não é só privilégio do Norte de Minas, do Mucuri nem do Jequitinhonha. Se formos ao Sul de Minas, veremos que lá está acontecendo a mesma coisa. Em Três Pontas é a mesma coisa; em Varginha, no Triângulo Mineiro é a mesma coisa.

Está decretada a falência da saúde pública no nosso país. E Minas Gerais não pode continuar seguindo essa linha de raciocínio. Na Comissão de Saúde, Doutor Jean Freire e Doutor Wilson Batista, que estarão lá, a palavra de ordem é não deixar que os recursos sejam colocados nos restos a pagar. Temos de obrigar os secretários de Fazenda e de Planejamento a se colocar de joelhos perante a saúde pública e temos de fazer dessa comissão uma trincheira, um instrumento para que a saúde pública de Minas Gerais não esteja no nível do Paraná, como relatei, mas que possa atender minimamente a população do nosso estado. Obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão – Sr. Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nosso particular amigo; Sras. Deputadas e Srs. Deputados, os deputados João Leite, Antônio Jorge e este deputado a quem escutam todas as pessoas que nos dão o prazer de nos acompanhar pela TV Assembleia, já perdemos a paciência de ouvir falar aqui em herança maldita. Aliás, essa é uma marca registrada do Partido dos Trabalhadores. Depois de findo o meu mandato de prefeito de Governador Valadares, escutei a mesma coisa da prefeita que me sucedeu por quatro anos, depois mais quatro... São oito anos falando em herança maldita, mas ela não faz obras. Na mesma toada vão o governador Fernando Pimentel e os deputados que o apoiam: vêm aqui, falam em herança maldita e inventam números. O governo Pimentel já tem dois anos, mas até hoje falam em herança maldita, como se o povo mineiro fosse obrigado a acreditar nessa catilinária. É a mesma coisa, a mesma história.

Então, não podemos ficar calados. Nós, deputados João Leite e Antônio Jorge, somos coerentes não só com nossas palavras, mas também com nossas ações: perdemos as eleições e ficamos na oposição, coerentes com nossas ações anteriores. Somos reconhecidos, sobretudo, deputado Dalmo Ribeiro Silva, pelo trabalho feito por Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho para o nosso Estado de Minas Gerais. E, por sermos reconhecidos e zelarmos pela coerência entre o nosso passado, o nosso presente e o nosso futuro, vamos mostrar alguns números, para que o povo de Minas Gerais saiba que essa história de herança maldita não passa de uma invenção de quem quer encontrar uma grande desculpa para a sua total inoperância no governo do Estado. Nos poucos minutos de que dispomos, vamos falar sobre saúde, em homenagem ao ilustre secretário de Saúde que aqui está, deputado Antônio Jorge; sobre educação, segurança, infraestrutura, rodovias, saneamento, Processo, Caminhos de Minas; vamos falar sobre resultados econômicos, de modo geral, e sobre telefonia, lembrando os municípios mineiros que não tinham telefone; vamos falar sobre os comentários do BID e do Bird sobre o choque de gestão. Vamos falar sobre tudo isso: Choque de Gestão, Estado para Resultados, Gestão para a Cidadania. Mas, antes de começar, quero dizer que nenhum dos 853 municípios de Minas Gerais ficou sem ao menos três obras nos governos Aécio Neves e Anastasia. Tenho convicção do que estou falando.



Então, para começar falando sobre saúde, queremos apresentar alguns dados, falando as fontes: são dados do Datasus, do Ministério da Saúde. Pegando a taxa de mortalidade infantil como o primeiro indicador, em 2002, vemos que morriam 18 crianças para mil nascidas; já em 2011, eram 13,1 mortes para mil crianças nascidas vivas. De acordo com índice da Organização Mundial de Saúde – OMS –, o ideal seria termos no máximo 10. Ora, a essa altura, o governo Pimentel já deve ter atingido isso, não é, deputado João Leite? Se, em 2011, já tínhamos atingido o índice de 13,1, a essa altura, naturalmente, o governo Pimentel já atingiu o índice de 10! Será que atingiu, mesmo? Tenho minhas dúvidas.

Passando para a questão da esperança de vida ao nascer, em 2002, a expectativa média de vida era de 73,3. Em 2010, passou para 75,4. Estou falando de resultados. Não vou falar de coisa por coisa, esmiuçando tudo o que foi feito. Não, estou falando de resultados, de Choque de Gestão e Estado para Resultados. Estou falando sobre o resultado de trabalhos. Por exemplo, por que diminuiu o índice de mortalidade infantil? O deputado Antônio Jorge comentava sobre o motivo para isso. Diminuiu por quê?

Por causa do trabalho pré-natal e neonatal, do índice de leite que aumentou sobremaneira nos hospitais de Minas Gerais e, em resumo, da assistência à saúde, vieram os resultados. Estou resumindo.

E na educação? Na educação, taxa do analfabetismo. É bom que os deputados Paulo Guedes e Doutor Jean Freire e outros ouçam o que estou falando com base em dados do governo federal, na época do governo Lula e Dilma Rousseff. Estou com os dados. Se quiserem, podem conferi-los. Vir aqui para falar que é herança maldita e que havia 4 mil ambulâncias paradas é fácil. Não sei se o deputado Cristiano Silveira disse isso aqui, se contou essas viaturas em Minas Gerais. Ele falou em viaturas, não é deputado Sargento Rodrigues? Ele disse que havia 4 mil viaturas paradas quando o Pimentel assumiu, sucateadas. Pelo menos eles estão contando em todos os municípios de Minas Gerais. Mas estou dizendo aqui com base em dados.

Na educação, taxa de analfabetismo e escolaridade, cuja fonte é Pnad-IBGE: idade escolar igual ou superior a 15 anos caiu de 11,05% em 2003 para 7,4% em 2012. Isso nos governos Aécio e Anastasia. Contínuo crescimento do IDHM – educação, em 2000, de 0,47% para, em 2010, 0,64%. Dados do Índice de Educação Básica do Ministério da Educação: 1º lugar na avaliação de 2011 nos anos iniciais no ensino fundamental, 2º lugar nos anos finais no ensino fundamental e 3º lugar no ensino médio. Estou falando de Estado para Resultados. Esse é o resultado de um trabalho. É nisso que temos de nos basear.

Dados do Inep-MEC, no tempo de Lula e Dilma Rousseff: jovens do 5º ano do ensino público de Minas Gerais e do 9º ano obtiveram o 1º lugar nas Olimpíadas de Português e Matemática. Já em 2011, 99% das crianças mineiras estavam matriculadas nas escolas. Dados do Pnad-IBGE. Estou buscando a fonte. Precisamos aprender. Alguns que estão aqui sacando números à vontade e desafiando deviam aprender a fazer isto: conferir a fonte como estamos fazendo aqui.

Vamos para a área de segurança? Em 2012, deputado Sargento Rodrigues, Minas Gerais foi o Estado que mais investiu em segurança: 13,9%. Dados do Ministério da Fazenda e do IBGE. Aumento do número de vagas no sistema prisional. Evolução de 294% entre 2002 e 2012. Em 2002, eram 7.253 vagas e, em 2012, 28.609.

Queria que o governo Pimentel trouxesse esses números para compararmos. Não é ficar dizendo ao povo mineiro que é herança maldita. Que discurso cansativo! O povo não pode ir nessa onda. Não é possível! Chega! O povo elege as pessoas para fazer obras e não ficar falando o tempo todo do governo anterior. Não é por aí. Ou então comparem e venham com os números como estamos aqui e não fiquem, deputado João Leite, com esses números no bolso aqui, agora; podem chegar em qualquer hora para mostrar números superiores a esses. Não tem sentido. Não podemos ficar ouvindo essas coisas calados, essas mentiras e mais mentiras. É a teoria de Goebbels, do tempo de Hitler. Não tem sentido.

Ainda na área de segurança, o número de crimes violentos caiu de 550 por 100 mil habitantes em 2003 para 349 em 2012. Então, caiu 36,4%. É claro que ainda há muita coisa para fazer. A violência impera principalmente neste governo. Mas caiu sobremaneira. Se cada um fizesse a sua parte, o índice cairia cada vez mais.

E na infraestrutura urbana, deputado Sargento Rodrigues? Aí, sim, vamos falar grosso e alto. Só no programa Processo, deputado Doutor Wilson, mais de duzentos e trinta municípios mineiros receberam asfalto no governo Aécio Neves. Temos aqui os números. Todos podem ser conferidos.

Aí vem o programa Processo – já estou falando sobre infraestrutura. De 2002 a 2012, o acesso aos municípios por estrada pavimentada passou de 13.611km para 20.677km. Deputado João Leite, V. Exa. sabe disso. Aumento de 52% apenas nesses dois governos. Atingiu o número de 98,1% dos municípios com estrada pavimentada – Processo e Caminhos de Minas. Por sinal, deputado Antônio Jorge, onde está o programa Caminho de Minas? Foi paralisado da mesma forma que paralisaram todas as obras dos hospitais regionais de Minas Gerais. Ninguém fala mais nisso. Onde está? O que o governo fez com esse programa Caminho de Minas, pelo qual os municípios tanto esperam? Nada, absolutamente nada.

E mais: 23 aeroportos beneficiados com investimentos de R\$369.000.000,00. Só em Confins, nesse período de 2002 para 2012, o movimento de passageiros passou de 365 mil para 10,4 milhões, graças aos governos Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho.

Saneamento. Entre 2003 e 2012, mais de um milhão de novos domicílios passaram a contar com o fornecimento de água e mais de 1,2 milhão de pessoas passou a contar com rede de esgoto. Estou falando do Estado para Resultados. Não dá para ficar entrando em coisas menores aqui porque o tempo não nos permite. Teríamos de passar semanas e semanas falando sobre todas as obras de Aécio, Anastasia e Alberto. Estou falando sobre os resultados, as três fases do nosso governo: Choque de Gestão, Estado para Resultados e Gestão para a Cidadania. Três fases que deram esses resultados que estou mostrando aqui a V. Exas.

Resultados econômicos. Aí vem outra questão forte: PIB. Minas Gerais saiu de 8,6% em 2002 para 9,3% em 2011, o que corresponde ao maior aumento de PIB entre os estados brasileiros. Fonte: IBGE. Em 2012, cresceu 2,3% contra 0,9% da média nacional. Fonte: IBGE.

Taxa de desemprego: entre 2002 e 2011, caiu de 9% para 6%. Ou seja, caiu 33%. Fonte: Pnad e IBGE. Novos empregos: dados da Junta Comercial de Minas Gerais mostraram, em 2012, uma média de 138 mil empresas abertas por ano. A média feita em 2012 dos anos desses governos aos quais me refiro: 138 mil empresas por ano. E neste ano? Estou perguntando, deputado Sargento Rodrigues. Na época de Aécio, Anastasia e Alberto, a média de empresas que abriram em Minas Gerais era 138 mil por ano. E neste ano, qual é a média? Esse pessoal que vem falar aqui que é herança maldita, por que não faz essas comparações conosco? Se há 138 mil empresas abrindo, imagine os empregos que estão sendo gerados. Aí é que está a questão. Isso se chama Estado para Resultados, Gestão para a Cidadania. É disso aí que estamos falando.

Quando se fala em agronegócios, em 2012, a participação de Minas Gerais na produção agropecuária no País foi de 16,1%. Minas Gerais contribuiu com mais de 16% na produção agropecuária.

Vou agradecer ao meu ilustre presidente. Vou finalizar, pois já sei que o meu tempo está terminando. Mas antes, ligeiramente – porque o tempo é curto –, falarei sobre a telefonia. Quando Aécio Neves assumiu em 2003, mais de quatrocentos municípios mineiros não tinham telefone celular. Porém, hoje, em todos os municípios há sinal, e em grande parte dos distritos mineiros também, em razão dos trabalhos de Aécio e Anastasia. E aqui se destaca mais ainda o trabalho de Alberto Pinto Coelho, que é da área.

Mas e a questão das notas atribuídas ao governo de Minas pelas agências internacionais de avaliação, como é o caso da Moody's, da Standard & Poor's e outras, que estão abaixando a nota do governo de Minas cada vez mais? Já está chegando a zero a esta altura. No nosso governo era A, B, agora está abaixo. Ninguém confia mais no governo de Minas para fazer negócio por causa das notas atribuídas.

Eu quero terminar lembrando as avaliações dos governos Aécio Neves, Anastasia e Alberto feitas por duas autoridades internacionais. Deborah Wetzel, diretora do Banco Mundial para o Brasil – expressão dela: “Eu parabenezo o governo de Minas



Gerais” – nos tempos de Aécio e Anastasia – “pelo sucesso alcançado e mantido. Tenho orgulho de ter sido parceira nos seus esforços e aprendi muito ao longo desse caminho”.

E qual foi a palavra de Pedro Farias, especialista principal em modernização do Estado do Banco Interamericano de Desenvolvimento? Expressão de Pedro Farias: “A experiência do choque de gestão em Minas Gerais é hoje reconhecida internacionalmente como uma referência de caso exitoso de modernização de práticas e processos no setor público”.

Termino as minhas palavras entendendo que fazer essa manifestação aqui era um dever nosso. Compomos a minoria nesta Casa e tivemos a honra e o prazer de participar apoiando os governos Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho, achincalhados com inverdades, invenções e falsos números, e não poderíamos jamais responder com silêncio nesta Casa. Muito obrigado.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Sr. Presidente, caros colegas deputados, pessoas que nos visitam hoje nesta Casa, servidores desta Casa, telespectadores da TV Assembleia. O colega que me antecedeu disse que a oposição está perdendo a paciência. Acho que, às vezes, quem perde a paciência é quem liga a TV Assembleia para nos acompanhar. Vai perder a paciência.

O deputado João Leite\* – Minha mãe gosta demais.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Talvez a mãe do caro colega também já tenha perdido a paciência de ver um e outro subirem aqui e fazer esse discurso.

O deputado Doutor Wilson Batista subiu aqui para falar de uma temática sobre a qual o povo está cansado de ouvir. Concordo com V. Exa., deputado. Parabéns. As pessoas querem que subamos aqui para apresentar propostas e falar sobre aquilo que identificamos nas nossas bases. Digo sempre que o deputado tem que ter um pé no parlamento, mas um pé na estrada também, ir aonde os problemas estão. Por mais que conheçamos os problemas, não há livro que faça o efeito de estarmos lá, não existe tese de doutorado que substitua o fato de estarmos lá vivenciando os fatos. E o colega, como médico, sei que faz esse trabalho. Colocou, de forma brilhante, alguns dos seus projetos. Projetos dos quais inclusive já tive a oportunidade de ser relator – se não me engano, um ou dois projetos de V. Exa. E o parabenizo por isso. Contou lá com o nosso voto e no que já passou por esta Casa e vai contar aqui também quando o outro passar.

O deputado Carlos Pimenta subiu também nesta tribuna – se Deus quiser estará junto conosco desenvolvendo o seu trabalho na Comissão de Saúde – e pontuou algumas situações. Não vi, em momento algum, o deputado dizer que é culpa deste governo ou daquele governo.

Inclusive, pelos nomes que ele citou aqui, os deputados do PT também, se não me engano, estarão amanhã em Brasília. Não importa o processo eleitoral, de uma vez por todas. É preciso pararmos de subir aqui, ficar falando e não colocar na prática. Isso tem de acabar. Quem perdeu o processo eleitoral possui um papel fundamental. Fico, de vez em quando, ouvindo as falas dos companheiros e fazendo algumas anotações. Ouvi aqui dizer: “Nós da oposição perdemos, e o nosso papel, agora, é fiscalizar. Somos perdedores”. Primeiro, todos nós aqui somos ganhadores, independentemente de ser esquerda, direita, ou de qualquer partido. Sempre cito nomes para os meus companheiros, falo: “Tal deputado – não comungo com ele, ideologicamente falando – trabalha, é trabalhador”. Eu o vejo, no dia a dia, na Casa, e o vejo em suas andanças. Não importa o lado que o deputado está, o partido em que o deputado está. É papel de todos nós, não só da oposição, fiscalizar. Isso é papel nosso, de governo, também. Engana-se quem não coloca em nossas costas o papel de fiscalizar. É papel nosso, faço isso. Faço e vou buscar as fontes, ouvir. Quando vejo algum deputado falar da situação, às vezes, mesmo que eu seja da área da saúde, digo: “Vou pesquisar, vou ver se é assim mesmo e vivenciar, no dia a dia”.

A gente vê colocarem números aqui. Olhem, companheiros, o melhor dado é ir na ponta, é ver o que as pessoas estão sofrendo. A gente estava vivendo em um Estado de maravilhas, em que, sem usar de golpe, as pessoas mudaram de governo. Então isso demonstra que não estava às mil maravilhas. Aliás, toda vez que ligava a TV e via as propagandas – ainda não era deputado –, escutava muito o povo dizer: “Doutor, eu queria viver dentro dessa televisão, para ver se é tudo isso mesmo”.



Vim aqui, por exemplo, falar de mortalidade infantil. Os dois companheiros médicos que estão aqui sabem que o principal fator para diminuir a mortalidade infantil é acabar com a fome, é diminuir a miséria. Concordo com um monte de números colocados aqui, por coincidência, no governo Lula. Foi só o governo federal? Não. Ser republicano é bom. Não foi só o governo federal, foi a soma de todos os governos. Temos de parar de, simplesmente, falar e colocar isso na prática.

Sei de muitas ações do governo passado que deram certo, lá na ponta, as quais a gente tem a hombridade de continuar. Mas não podemos simplesmente chegar aqui e dizer que os deputados do governo ficam falando de herança maldita e só isso. Só isso. E aproveitam o pronunciamento para falar do atual governo. Então temos de ir à fonte; se não, as pessoas, Sr. Presidente, caros colegas, vão perder a paciência. Alguns, quando ligam a TV, devem até pensar assim: “Deve ser reprise. Já ouvi esse deputado falar disso ontem, anteontem, na semana passada, no mês passado. Isso deve ser reprise”.

Uma oposição pode ajudar, sim, e muito, a governar. O Partido Comunista Italiano ajudou muito a governar a Itália, sem ser governo, sendo oposição séria, cobrando, atuando, não problematizando. Odeio quando as pessoas, em uma reunião, chegam e dizem assim: “Vamos problematizar”. Ora, vamos solucionar! Cheguem com o problema e deem a solução. Vejo colocarem números da febre amarela, o que é uma irresponsabilidade, é para assustar as pessoas. Ai quando vou à Sala de Situação... pergunto qual colega já veio à Sala de Situação...

Vejo colocarem algumas situações sobre a Funed, uma fundação cujo papel histórico temos de reconhecer e também o atual, com todas as dificuldades, nos momentos de crise. Fui à Funed no ano passado, voltei hoje e perguntei quais os deputados que tinham ido lá. Pela informação que me passaram, fui o único deputado estadual que foi à Funed. Perguntei se havia alguma agenda solicitada por algum deputado para debater a questão da Funed ou colocar alguma situação, e me informaram que não.

Então acho que não importa se somos governo ou oposição. E, se este governo não fosse o meu governo, eleito pela maioria dos mineiros em primeiro turno, prova de que não estavam gostando do que estava sendo feito neste estado, se não fosse o meu governo, estando na condição de deputado, como estou, eu faria o mesmo trabalho: iria lá ouvir, escutar as pessoas.

Como ouvi falarem – e fui questionado – que a Funed não está fazendo isso, que parou de produzir medicação, vou passar informações que obtive. Não sou dono da verdade, mas vou passar informações que obtive: neste governo a produção de medicações não parou. Parou a produção do soro, houve uma parada programática. Informaram também que as duas instituições, as fundações, que estavam produzindo – volto a reafirmar o que disse na semana passada, pois são as informações que me foram passadas –, pararam a produção no passado, e a Funed assumira essa responsabilidade, e era preciso.

Às vezes, é muito fácil colocarmos no jornal fotos de uma fábrica em destroços. É muito fácil, mas temos de reafirmar e colocar em negrito quem a deixou assim, senão realmente teremos de subir aqui e falar: “Se é para comparar, vamos comparar”. É muito fácil chegarmos lá hoje e vermos uma situação. É muito fácil dizer que uma fábrica não está produzindo. Talvez a intenção tenha sido inaugurar a fábrica, mas parece que nunca foi inaugurada. Foi feita visita guiada a ela, mas nunca foi inaugurada. É muito fácil colocar nos jornais que a Funed demora oito anos para embalar um produto, mas é bom lembrar que o produto só começou a ser embalado neste governo. Se colocarmos seis ou sete anos do outro governo, porque começaram a embalar os produtos no ano passado...

Temos de dar nomes aos bois, temos de ter coragem de assumir isso. Sou desses deputados que não me coloco no meio dos que sobem à tribuna e dizem que o governo está ótimo, às mil maravilhas. Não, deputado Doutor Wilson. O governo não está ótimo, às mil maravilhas. Há erros, há coisas que precisam ser corrigidas, mas vivemos ao lado de outros estados importantes, o Espírito Santo e o Rio, que estão vivendo um colapso, e estamos vendo tudo isso. É num momento de crise que sabemos quem sabe governar.

Ouvi dizerem, e fui conhecer mais a fundo, sobre a vice-presidente da Funed. Disseram que era uma médica, que não entendia disso, não entendia daquilo e responde que não sabe.



Só para concluir meu pensamento: ouvi dizerem que era uma médica sanitarista. Por sinal, isso não foi falado, disseram que ela era médica, mas não farmacêutica, que disse aos jornais que não era capaz de responder isso ou aquilo. Muitas vezes é muito mais fácil dizermos isso, e temos de ter a capacidade de dizer isso mesmo.

Mas eu gostaria de dizer para vocês que nós poderíamos chegar aqui e falar que a Funed já teve como presidente alguém formado em ciências sociais em outro governo, em 2014. E aí? Não vou dizer que é incompetente, de maneira nenhuma. É um cargo de confiança que, às vezes, é ocupado por alguém formado em assistência social que, muitas vezes, deputado Wilson, o ocupa com competência. Já tivemos na Funed engenheiro ocupando o cargo de presidente – em outras gestões, não foi neste governo. Já tivemos na Funed médicos também no cargo de vice-presidente, outros dois em outro governo. Pasmem, já tivemos na Funed advogado como diretor industrial; não era farmacêutico. E aí? Vou dizer que é incompetente porque é advogado? É um cargo de confiança em que, talvez, tenha desenvolvido seu trabalho muito bem. Então, meus senhores, meus caros colegas telespectadores, as pessoas esperam mais.

Acho, sim, que temos de resolver várias questões na Funed – o que está correto e o que não está. Inclusive, Sr. Presidente, vou apresentar um requerimento pedindo audiência pública para debater a Funed desde 2005. Não é para debatermos agora. Vamos debater, e por que não assinar juntos e pedir uma auditoria? Todos nós, lá na Funed, para debater desde 2005.

O colega deputado João Leite, a quem respeito muito, sabe disso. V. Exa. sorriu, mas por que só é este o momento? Por que em outro momento não? Por que não se aceita outro momento? Por que não falamos: vamos lá em tal ano, no local em que aquela fábrica foi desmanchada? Por que não? Então não temos o que temer. Acho que o governo atual não tem de ter medo, o outro governo não tem de ter medo.

Peço desculpas, Sr. Presidente, por não ter dado tempo de dar a palavra ao colega, mas, como eu disse ao deputado Wilson, quando subimos aqui, parece que o tempo voa. Eu queria, inclusive, para terminar a minha fala, Sr. Presidente, terminando mesmo, falar de um projeto importante que temos aqui, deputado, que é publicizar a lista do SUS. É um projeto de minha autoria. Dê uma olhada depois, contribua com esse projeto para as pessoas entenderem, Sr. Presidente, porque quem fratura o fêmur nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri fica muito tempo sem ser operado, e quem fratura o fêmur em Belo Horizonte, mais próximo desse atendimento, é operado. Isso é para as pessoas entenderem quem corta essa fila. Muitas vezes, nós, deputados, somos solicitados para a arranjar uma cirurgia. Então é um projeto de minha autoria que precisa muito da contribuição dos colegas, porque é difícil, não é fácil publicizar a lista do SUS. Temos as patologias, cada uma diferente, emergências, aquelas eletivas.

Mas deixo aqui meus cumprimentos a todos, principalmente aos homens e às mulheres que usam deste espaço para fazer, realmente, a política que todos os mineiros esperam de nós. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes\* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar o público que nos acompanha das nossas galerias e todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia nas diversas cidades de Minas Gerais.

Deputado Doutor Jean Freire, nesta semana ouvi atentamente os nossos colegas parlamentares que representam a oposição aqui nesta Casa, numa ação meio orquestrada para justificar tamanho erro, tudo aquilo que deixaram de fazer em 16 anos que governaram Minas Gerais, querendo, neste momento de crise que vive o País e o Estado, achar culpados pela irresponsabilidade tamanha que foram as gestões do PSDB em Minas. Às vezes a verdade dói; acabei de ver o deputado João Leite sair do Plenário, porque não aceita ouvir verdades, não aceita confrontar as ideias. Por isso, quero dizer a vocês que estamos aqui para fazer um debate maduro.

Vou mostrar dois dados. Vou começar pela educação. Eu queria que a oposição desta Casa explicasse para a sociedade mineira por que os governos de Aécio e Anastasia deixaram de aplicar R\$7.600.000.000,00 na educação até 2013. Não é o deputado Paulo Guedes que está inventando esses dados, não! Esses dados fazem parte de um TAC que os governos de Aécio e Anastasia



tiveram que assinar com o Tribunal de Contas, que havia apurado esse percentual que deixou de ser aplicado na educação em Minas Gerais.

Deputado Antônio Jorge, V. Exa. foi secretário de Saúde na gestão passada. Talvez, nas suas palavras aqui, fosse importante explicar à sociedade por que os governos Aécio e Anastasia deixaram de aplicar mais de R\$4.000.000.000,00 na saúde. Vejo aqui os deputados falarem dos hospitais regionais. Vocês estavam tão perdidos naquela época que o candidato de V. Exa. foi falar dos hospitais regionais do Norte de Minas e confundiu Montes Claros com Valadares, de tanto interesse que tinha pelo Estado.

Governar Minas como Aécio governou, passeando aqui e morando no Rio, inclusive utilizando todo o aparato do Estado, fazendo quase 200 viagens no jatinho do governo, para passear no Rio de Janeiro? Tudo isso ficou muito claro. Às vezes a oposição finge, acha que em dois anos a população de Minas Gerais vai esquecer de tudo isso. Podem estar certos de que não! Ainda mais agora. Vocês precisam se conformar que o seu projeto será derrotado nas urnas no primeiro turno. O tapetão talvez seja a única esperança dos tucanos, que precisam se explicar muito bem agora à população brasileira.

O povo brasileiro é que está pagando pelo golpe que vocês deram na nossa nação; o golpe contra os trabalhadores rurais e urbanos, o da reforma da previdência, que vocês querem empurrar goela abaixo da população. Há ainda o golpe contra os trabalhadores rurais, que agora vocês querem que contribuam por mais anos. O sujeito que pega o trabalho de sol a sol, o agricultor familiar, que tem o direito de se aposentar aos 60, os homens, e aos 55, as mulheres, Aécio e Anastasia querem que contribuam com 49 anos para poderem se aposentar, como se essa categoria não tivesse que ter um tratamento diferenciado, como tem hoje. São essas pessoas que sustentam este país.

Portanto, caros colegas, é muito fácil vir aqui ler relatórios, fazer apresentação, como o Antônio Jorge fez aqui ontem neste painel, de números inverídicos, criados. Quero ver é explicar esses números do Tribunal de Contas. Por que não aplicaram R\$7.600.000.000,00 na educação? Por que deixaram de aplicar quase R\$5.000.000.000,00 na saúde? Ah, mas Aécio precisava de uma plataforma, de uma obra grande para sair candidato a presidente! Aí, torrou o nosso dinheiro na Brasilinha que criou na Cidade Administrativa, nas obras faraônicas. Com essas obras, é claro, resolveu os seus problemas de campanha. Está lá em todas as delações que 3% de todo o dinheiro da Cidade Administrativa foi para o bolso do Aécio.

Então, é importante fazer essas observações aqui e dizer que estamos atentos. O que está incomodando a oposição é saber que, apesar das dificuldades pelas quais passamos, estamos resolvendo os problemas. Estamos enfrentando dificuldades? Estamos. Assumimos um Estado quebrado? Assumimos. Fizemos os cortes que tínhamos de fazer? Fizemos. Mesmo assim, está difícil.

O governo Pimentel já cortou mais de quatro mil cargos comissionados. Vocês falam de boquinhas, mas havia mais de quatro mil boquinhas há 16 anos mamando nas tetas do Estado. Foram todas cortadas. Precisamos, inclusive, cortar mais. Está difícil. Assumimos um Estado em dificuldade financeira. O Brasil passa por momentos difíceis. Está aí para todo mundo ver a situação do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de vários Estados e a nossa também. Vocês deixaram, sim, para nós uma herança maldita.

Mas o que os incomoda, Dr. Jean, é que estamos superando tudo isso. Mesmo nas dificuldades, o governo está funcionando. Sexta-feira o governo vai a Montes Claros entregar viaturas novas à Polícia Militar. Toda semana há entrega de ambulâncias e de ônibus escolares. Estamos funcionando. A Sedonor está fazendo um trabalho de apoio às comunidades rurais, com perfuração de poços, enfrentando a seca. Apesar das dificuldades e do rombo que herdamos, estamos conseguindo pagar os salários. É óbvio que, numa dificuldade dessas, nenhum governo gostaria de parcelar salário. Estamos parcelando porque o dinheiro hoje não dá para honrar o pagamento de uma só vez. Aquela propaganda que se fazia do choque de gestão, na verdade, foi o choque da ilusão, o choque que quebrou Minas Gerais, o choque da entrega, quando se entregou metade da Cemig para os amigos, quando se vendeu metade da Copasa. Esse foi o choque de gestão que retirou da saúde R\$4.000.000.000,00 e da educação, R\$7.600.000.000,00. Esse é o choque de gestão. Essa é a herança que recebemos.



Sabemos como os tucanos governam. Adoram governar para o bloquinho deles, para a grande elite. Ontem mesmo, quem assistiu ao Jornal Nacional viu a Aneel, agência criada por FHC, aplicando mais uma multa ao povo brasileiro de R\$66.000.000.000,00, que será paga pelo cidadão. Deu para as empresas de energia do País um presente de R\$66.000.000.000,00, e isso será pago pelo povo brasileiro.

Resolveu-se o problema das teles e agora se está querendo vender as nossas terras para os estrangeiros. Ou seja, são uns entreguistas. É um entreguismo claro, deputado Doutor Jean Freire, que eles estão praticando no governo. Foi assim nos oito anos de FHC e está sendo agora no governo interino, golpista, liderado e comandado pelo PSDB. O presidente Michel Temer não passa de uma marionete dos tucanos, fazendo tudo, fazendo o dever de casa, fazendo a lição. Tudo de ruim que o PSDB faria se chegasse ao poder ele está fazendo agora com o povo brasileiro, cortando programas sociais, aumentando a fome, aumentando o número de pobres novamente. Esses nove meses de governo golpista têm sido assim.

Seria importante que o Aécio voltasse a Minas e explicasse isso para a sociedade. “Aécio, por que você quer cortar a aposentadoria dos trabalhadores? O que você tem contra os trabalhadores rurais deste país? Que reforma da Previdência é essa que só tira dos trabalhadores?” Por que não enfrentam os grandes poderosos deste país? Por que não se fala em distribuição de renda? Não, os governos tucano querem concentrar renda.

Essa é a visão. É isso que estamos vendo, é a isso que estamos assistindo: o desmonte de um país que se orgulhava, há 10, 13 anos, do governo Lula. O mundo inteiro parabenizou e deu todos os títulos ao ex-presidente Lula pelo combate, pelo enfrentamento à fome, à miséria e com geração de oportunidades. Este país sonhou, e vocês estão acabando com o sonho do povo brasileiro. Essa é a verdade.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)\* – Obrigado, deputado Paulo Guedes. Na realidade, cometo esta interrupção, perdoe-me, porque não terei tempo de falar, mas é preciso reparar uma fala de V. Exa. no sentido do que eu, como gestor, deixei de aplicar. Primeiramente, quero consignar que nem este gestor nem o atual são donos do cofre. Tenho insistido muito em que os governos gastam pouco e mal na saúde. Falo governos no plural e de forma atemporal. Talvez isso seja uma deficiência nossa, da sociedade brasileira, que não encara a saúde como uma verdadeira prioridade. Para o equívoco de V. Exa. não ficar sem resposta quando diz que foram desviados ou deixados de ser aplicados R\$5.000.000.000,00, esclareço que a regulamentação do gasto em saúde, deputado Paulo Guedes – talvez V. Exa. não tenha detalhes –, só aconteceu de forma legal e concreta a partir de 2012, com a Lei nº 141. A partir daí se tornou claro o que era gasto em saúde. Esses R\$5.000.000.000,00 a que V. Exa. se referiu eram gastos em saneamento. Antes da regulamentação da emenda constitucional, da Lei Ordinária nº 141, todos os estados aplicavam esse recurso de forma diversa, inclusive estados governados pelo PT gastaram também em saneamento. Então não se deixou de aplicar ou se desviou recurso para o saneamento. Era uma questão de regulamentação, o que não aconteceu a partir de 2012, que coincide com o período em que estava na gestão da Saúde, mas vamos defender os gestores. Infelizmente os gestores não têm a chave do cofre. Obrigado pelo aparte.

O deputado Paulo Guedes\* – V. Exa. acaba de esclarecer um ponto importante. Se afirma que os gestores às vezes não têm a chave do cofre, imagine como é não ter a chave do cofre quando ele está vazio, como foi o caso da atual gestão. Foi assim que recebemos o Estado, com os cofres vazios, com a arrecadação em queda. Estamos mantendo toda a responsabilidade com os programas sociais, com a saúde e com a educação. É muito importante a fala de V. Exa sobre essa questão. É importante deixar isso bem claro.

Portanto, Sr. Presidente, e encerrando, quero agradecer a oportunidade e dizer que estamos atentos, vigilantes e vamos continuar cobrando para que os senadores Aécio Neves e Anastasia, que tanto defendiam o pacto federativo... Ao chegar ao poder agora, com o governo golpista, pararam de falar nisso. Eles só falavam que tudo ficava com a União, e agora parece que querem que

tudo continue com ela. Está na hora, Aécio, de se pronunciar sobre o pacto federativo, de dividir as riquezas com os estados e com os municípios, como V. Exa. falava em todos os seus discursos. Faz nove meses que V. Exa. está calado, Aécio.

\* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 2/3/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 3/2/2017, que exonerou Luana Helena Silva Ireno, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Geisa Teixeira;

exonerando, a partir de 2/3/2017, Andrêza Patricia Machado de Oliveira, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Douglas Melo;

exonerando Antônio Eustáquio Vieira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando Bruna Carolina Lara Maia Resende, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando Carmina Durães Fonseca Neta, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

exonerando, a partir de 2/3/2017, Crislene Marçal de Matos, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Douglas Melo;

exonerando Dayane Cristina Alves Sousa Moreira Lannes, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

exonerando Fátima das Graças Ribeiro, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

exonerando Felipe Augusto Moreira Gomes, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Maria Pinheiro;

exonerando Laudiceia Lúcia Gonçalves de Souza, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando Maria da Conceição Resende Maia, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando Matheus Phelipe Matias Coelho, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;

exonerando, a partir de 2/3/2017, Mauro Lúcio Barbosa Duarte, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Douglas Melo;

exonerando, a partir de 2/3/2017, Nádia Adriana de Melo Correia, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Douglas Melo;

exonerando Pedro José Fonseca Nascimento, padrão VL-33, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Geisa Teixeira;

exonerando Renata Silva Mota, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;

exonerando Roberto Carlos Freitas, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

exonerando Rosa Maria Bebiano Martins, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Adrielle Conceição de Souza, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;



nomeando Carmina Durães Fonseca Neta, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;  
nomeando Danise Pereira Ventura, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;  
nomeando Edmar Marcio de Oliveira, padrão VL-25, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;  
nomeando Fernanda Alvarenga Santos Rodrigues, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;  
nomeando Gustavo Henrique Neves de Oliveira Moura, padrão VL-48, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

nomeando Ivan Luiz de Souza, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;  
nomeando Janaína Bandeira de Oliveira Silva Neto, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arlen Santiago;

nomeando Lúcio Balieiro Gomes, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;  
nomeando Marcelo Flamarrion Beze Pena, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

nomeando Marcos Aurélio Costa Lagares, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;  
nomeando Mário Douglas Oliveira Dias, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;  
nomeando Paulo Sergio Machado Ribeiro, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;  
nomeando Rafael Lúcio da Silva, padrão VL-23, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;  
nomeando Sérgio Elian Moreira, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Maria Pinheiro.



**ERRATAS**

**PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL**

**EDITAL PROJETO OCUPAÇÕES ARTÍSTICAS – GALERIA DE ARTE, Nº 1/2017, DE 14 DE JANEIRO DE 2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/1/2017, na pág. 3, onde se lê:

“de 23 de janeiro a 24 de fevereiro de 2017”, leia-se:

“de 23 de janeiro a 10 de março de 2017”.

**PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL**

**EDITAL PROJETO OCUPAÇÕES ARTÍSTICAS – TEATRO DA ASSEMBLEIA, Nº 2/ 2017, DE 14 DE JANEIRO DE 2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/1/2017, na pág. 7, onde se lê:

“de 23 de janeiro a 24 de fevereiro de 2017”, leia-se:

“de 23 de janeiro a 10 de março de 2017”.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/2/2017, na pág. 20, onde se lê:

“exonerando Renata Aparecida Chacara Rodrigues”, leia-se:

“exonerando, a partir de 4/3/2017, Renata Aparecida Chacara Rodrigues”.



**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 25/2/2017, na pág. 21, onde se lê:

“Edmeusa Maria Prado Barbosa”, leia-se:

“Edneusa Maria Prado Barbosa”.